



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATO Nº SEI-1/2023

TERMO DE CONTRATO

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS - LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE**

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(Processo Administrativo Sei nº 23.13.000000030-6.)

CONTRATO ADMINISTRATIVO SEI Nº 1/2023, QUE FAZEM ENTRE SI CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (CRM-MG) E CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS (CESAFIP)

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Belo Horizonte /MG, à rua dos Timbiras, 1200, Bairro Boa Viagem, CEP: 30140-064, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 22.256.879.0001-70, neste ato representado pelo presidente Ricardo Hernane Lacerda Gonçalves de Oliveira, nomeado dia 01 de outubro de 2023 conforme ata publicada no DOEMG de 03 de outubro de 2023, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) Centro de Especialização em Administração e Finanças Públicas, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 43.921.689/0001-08, sediado em Belo Horizonte/MG, à rua Bolívia, nº113/1501. Bairro: São Pedro, CEP: 30330-360 doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Anna Carla Duarte Chrispim Representante Legal da Proponente CPF/RFB 514.129.346-72, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 23.13.000000030-6 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade n. 01/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestar os serviços assessoria e consultoria em planejamento estratégico, planejamento público. Para mais, prestação de serviços técnicos educacionais por meio de capacitação dos servidores e dos gestores da alta administração do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, com fundamento legal no inciso III do art. 74 combinado com o inciso XXII, alíneas c e f do art.6º, ambos estabelecidos na Lei

14.133/2021, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM I				
SEMINÁRIOS DE AVALIAÇÃO, REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CICLO 2024/2028				
COMPONENTES DO PROGRAMA E PRODUTOS	Unidade	Valor	Material Didático, Registro e Consolidação dos Trabalhos	Subtotal
Apresentação e Aprovação do Plano de Trabalho	2 u.t.c.	-	2.250,00	2.250,00
Seminário de Abertura (formato presencial) Sensibilização e Nivelamento Local: Auditório CRM/MG. Apresentação da Equipe de Consultoria e do Plano de Trabalho	4h/a	4.000,00	1.000,00	5.000,00
Elaboração e Aplicação de Pesquisa para instrução do Diagnóstico Situacional	3 u.t.c	-	3.375,00	3.375,00
Realização do Seminário Regional de Avaliação Estratégica (online)				

<p>TURMA 1 - Direção - 1º. Biênio e Apoio (Total 30 participantes) Instrutores: Laila e Anna Direção - 1º Biênio - (13+2=15) (Presidente (1), Vice (3), Secretário (3), Tesoureiro (3), Corregedor (3), Superintendência Administrativa (1), Jurídico (1) Apoio à Direção (15) Registro (2), Coordenador das Regionais (1) Fiscalização (1), Dívida Ativa (1), RH (1), Comunicação (1), Documentação (1), TIC (1), Contabilidade (1), Tesouraria (1), Compras e Licitação (1), Sindicâncias e Processos Adm (1); Educação Médica Continuada (1), Comissão de Planejamento Estratégico (1)</p>	<p>8h/a</p>	<p>12.000,00</p>	<p>3.000,00</p>	<p>15.000,00</p>
---	-------------	------------------	-----------------	------------------

<p>TURMA 2 - Conselheiros Instrutores: Cláudia e Júnia (Total 30 participantes) Conselheiros Sede - Belo Horizonte (14) Conselheiros Delegacias (16) Alfenas, Barroso, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Itajubá, Juiz de Fora, Montes Claros, Muriaé, Passos, Poços de Caldas, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberlândia, Uberaba, Varginha.</p>	<p>8h/a</p>			
<p>Realização do Seminário Setorial de Avaliação, Revisão de Planejamento, Gestão e Comunicação Estratégica (online)</p>				

<p>Turma única Instrutoras: Anna/Júnia Registro (2), Coordenador das Regionais (2) Fiscalização (2), Dívida Ativa (2), RH (2), Comunicação (2), Documentação (2), TIC (2), Contabilidade (2), Tesouraria (2), Compras e Licitação (2), Sindicâncias e Processos Adm (2); Educação Médica Continuada (2), Comissão de Planejamento Estratégico (3), Servidores de Apoio das Delegacias sem Conselheiros (6) - Araxá (1), Barbacena (1), Itabira (1), Lavras (1), Paracatu (1), São João Del Rey (1).</p>	8h/a	8.000,00	2.000,00	10.000,00
--	------	----------	----------	-----------

**Seminário de Avaliação, Revisão e Consolidação do
Planejamento Estratégico - CICLO 2024/28
(Presencial - preferencialmente, fora da sede e em regime de imersão)**

<p>TURMA 1 (Total 30 participantes) Instrutores: Laila e Anna Direção - 1º Biênio - (13+2=15) (Presidente (1), Vice (3), Secretário (3), Tesoureiro (3), Corregedor (3), Superintendência Administrativa (1), Jurídico (1) Apoio à Direção (15) Registro (2), Coordenador das Regionais (1) Fiscalização (1), Dívida Ativa (1), RH (1), Comunicação (1), Documentação (1), TIC (1), Contabilidade (1), Tesouraria (1), Compras e Licitação (1), Sindicâncias e Processos Adm (1); Educação Médica Continuada (1), Comissão de Planejamento Estratégico (1).</p>	8h/a	8.000,00	2.000,00	10.000,00
---	------	----------	----------	-----------

<p>Turma 2 (Total 30 participantes) Instrutores: Cláudia e Júnia Conselheiros Sede - Belo Horizonte (14) Conselheiros Delegacias (16) Alfenas, Barroso, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Itajubá, Juiz de Fora, Montes Claros, Muriaé, Passos, Poços de Caldas, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberlândia, Uberaba, Varginha.</p>	8h/a	8.000,00	2.000,00	10.000,00
<p>Consolidação do Material Elaborado nos Seminários - Mapa e Relatório Final</p>	9 u.t.c	-	10.125,00	10.125,00
<p>Revisão, Normalização e Diagramação e Entrega definitiva do Mapa e Relatório Final</p>	2 u.c.t	-	2.250,00	2.250,00
<p>Mentoria - 7 encontros7 - Acompanhamento da Implementação do Planejamento - Ferramentas de Gestão Estratégica e implantação da Gestão à Vista. Acompanhamento do mapa.</p>	7	7.875,00	-	7.875,00
TOTAL				75.875,00

**ITEM 2
SEMINÁRIOS ANUAIS E BIENIAIS DE GESTÃO ESTRATÉGICA PARA
ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO MAPA ESTRATÉGICO - CICLO
2024/28.**

ITEM 2.1 - 2024/25

COMPONENTES DO PROGRAMA E PRODUTOS	Unidade	Valor	Material Didático, Registro e Consolidação dos Trabalhos	Subtotal
Seminário Anual de Avaliação Estratégica (SAAE) (online) Ferramentas de Gestão à vista e Gestão por resultados. Gestão e Comunicação Estratégica. Análise de Contexto e de Indicadores. Melhoria Contínua, calibragem de Metas.	20 h/a	20.000,00	5.000,00	25.000,00
Consolidação, revisão, normalização e Diagramação do Material do Seminário Anual	2 u.t.c	-	2.250,00	2.250,00
Mentoria - 10 encontros - Acompanhamento da Implementação do Planejamento - Ferramentas de Gestão Estratégica e implantação da Gestão à Vista. Acompanhamento do mapa.	10	13.500,00	-	13.500,00
SUBTOTAL - ITEM 2.1				40.750,00
ITEM 2.2 - 2025/26				
COMPONENTES DO PROGRAMA E PRODUTOS	Unidade	Valor	Material Didático, Registro e Consolidação dos Trabalhos	Subtotal
Revisão do Plano de Trabalho para 2º. Biênio	2 u.t.c.	-	2.250,00	2.250,00

Elaboração e Aplicação de Pesquisa para instrução do Diagnóstico Situacional	2 u.t.c	-	2.250,00	2.250,00
Seminário Bienal de Avaliação Estratégica (SBAE) 8 (online) Análise de Contexto. Avaliação e revisão dos Elementos Estratégicos. Indicadores e Metas do Biênio. Gestão e Comunicação Estratégica.	24 h/a	24.000,00	6.000,00	30.000,00
Consolidação, revisão, normalização e Diagramação do Material do Seminário Bienal	4 u.t.c	-	4.500,00	4.500,00
Mentoria - 10 encontros - Acompanhamento da Implementação das iniciativas. Ferramentas de Gestão Estratégica e consolidação da Gestão à Vista. Acompanhamento do mapa.	10	13.500,00	-	13.500,00
SUBTOTAL - ITEM 2.2				52.500,00
ITEM 2.3 - 2026/27				
COMPONENTES DO PROGRAMA E PRODUTOS	Unidade	Valor	Material Didático, Registro e Consolidação dos Trabalhos	Subtotal

Seminário Anual de Avaliação Estratégica (SAAE) (online) Análise de Contexto. Revisão de indicadores e calibragem de metas. Consolidação das ferramentas de gestão à vista. Gestão e comunicação estratégicas.	16 h/a	16.000,00	4.000,00	20.000,00
Consolidação, revisão, normalização e Diagramação do Material do Seminário Anual	2 u.t.c	-	2.250,00	2.250,00
Mentoria - 8 encontros - Acompanhamento da Implementação do Planejamento - Ferramentas de Gestão Estratégica e implantação da Gestão à Vista. Acompanhamento do mapa.	8	9.000,00		9.000,00
SUBTOTAL - ITEM 2.3				31.250,00
ITEM 2.4 - 2027/27				
COMPONENTES DO PROGRAMA E PRODUTOS	Unidade	Valor	Material Didático, Registro e Consolidação dos Trabalhos	Subtotal
Revisão do Plano de Trabalho 3º Biênio e Avaliação do Ciclo Estratégico - 2024/2028	4 u.t.c.	-	4.500,00	4.500,00
Elaboração e Aplicação de Pesquisa para instrução do Diagnóstico Situacional	4 u.t.c.	-	4.500,00	4.500,00

Seminário Bienal de Avaliação Estratégica (SBAE) (online) Análise de Contexto. Avaliação e revisão dos Elementos Estratégicos. Indicadores e Metas do Biênio. Gestão e Comunicação Estratégica.	16 h/a	16.000,00	4.000,00	20.000,00
Consolidação, revisão, normalização e Diagramação do Material do Seminário Bienal de Avaliação Estratégica	2 u.t.c	-	2.250,00	2.250,00
Mentoria - 12 encontros - Acompanhamento da Implementação do Planejamento - Acompanhamento do mapa e do encerramento do Ciclo 2024/28.	15	13.500,00	-	13.500,00
Consolidação das informações do Ciclo 2024/28 e Construção do Relatório de Gestão Estratégica.	8 u.t.c.	-	9.000,00	9.000,00

Seminário de Avaliação Estratégica do Ciclo 2024/28 (Presencial, preferencialmente em regime de imersão) Gestão e Comunicação Estratégica dos Resultados. Compartilhamento e Registro de melhores práticas. Aprovação do Relatório de Gestão Estratégica	28 h/a	28.000,00	7.000,00	35.000,00
SUBTOTAL - ITEM 2.4				88.750,00
SUBTOTAL - ITEM 2 (2.1, 2.2, 2.3, 2.4)				213.250,00
TOTAL GERAL - ITEM 1 e ITEM 2				289.125,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. A Declaração de Inexigibilidade;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados do(a) da assinatura do contrato, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

(art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ R\$ 289.125,00 (duzentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais, que deverão ser pagos na forma do cronograma físico-financeiro descrito no Termo de Referência.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/10/2023.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas

no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos

prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, exceto no que diz respeito à informações que consistam em segredo de negócio da empresa;

9.25. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.25.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20 % a 30% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 15% a 19% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 14% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 9% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 4% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº](#)

[14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.1.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento no CRM-MG, na dotação própria - conta contábil 6.2.2.1.1.33.90.39.004 - Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da](#)

[Lei nº 14.133, de 2021.](#)

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte, Seção Judiciária de Belo Horizonte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Belo Horizonte, 23 de outubro de 2023.

RICARDO HERNANE LACERDA GONÇALVES DE OLIVEIRA
Presidente do CRM-MG

ANNA CARLA DUARTE CHRISPIM
Representante Legal da Proponente CPF: 514.129.346-72

TESTEMUNHAS:

- 1- Daiane Lopes de Resende, CPF: 094.203.596-89
- 2- Alessandro de Freitas Bartels, CPF: 009.480.526-19



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro de Freitas Bartels**, **Analista de Sistemas**, em 23/10/2023, às 21:29, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daiane Lopes de Resende, Bibliotecária**, em 23/10/2023, às 21:31, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Hernane Lacerda Gonçalves de Oliveira, Presidente do CRM-MG**, em 24/10/2023, às 08:17, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por - **registrado(a) civilmente como Anna Carla Duarte Chrispim, Usuário Externo**, em 24/10/2023, às 23:52, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0472444** e o código CRC **2B89915E**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG - <https://www.crmmg.org.br/>

Referência: Processo SEI nº 23.13.000000030-6 | data de inclusão: 23/10/2023